

Demonstrações contábeis consolidadas

31 de dezembro 2011



J.P.Morgan

Índice

Relatório dos auditores independentes	III
Balanço patrimonial consolidado	1
Demonstração consolidada do resultado	2
Demonstração consolidada das mutações do Patrimônio Líquido	4
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	5
Notas explicativas	6

Banco J.P. Morgan S.A.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco J.P. Morgan S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco J.P. Morgan S.A. e suas controladas ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a

Banco J.P. Morgan S.A.

avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

São Paulo, 30 de março de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Balanço patrimonial consolidado Em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.109.892	13.736	16.256	Passivos financeiros para negociação		1.533.524	785.736	1.100.634
Ativos financeiros para negociação		23.278.331	10.652.730	5.889.891	Derivativos	4c	1.533.524	785.736	1.100.634
Instrumentos de dívida	4a	21.584.574	9.422.509	3.835.217	Passivos financeiros ao custo amortizado		26.184.414	8.678.889	3.301.399
Dados em garantia		4.417.575	1.941.075	1.585.614	Depósitos de clientes	9a	943.298	424.983	480.969
Demais instrumentos de dívida		17.166.999	7.481.434	2.249.603	Depósitos de instituições financeiras	9b	1.985.000	561.404	2.101.789
Instrumentos de patrimônio	4b	1.024.373	538.593	973.967	Empréstimo no exterior	10	16.509.511	5.650.138	501.533
Instrumentos financeiros derivativos	4c	669.384	691.628	1.080.707	Outros passivos financeiros	11	6.746.605	2.042.364	217.108
Ativos financeiros disponíveis para venda		252.940	460.965	6.284	Negociação e intermediação de valores		6.744.962	1.430.167	213.510
Instrumentos de dívida	5a	252.659	405.371	-	Outros passivos financeiros		1.643	612.197	3.598
Dados em garantia		-	49.486	-	Provisões	22a	1.413.379	1.443.129	1.340.229
Demais instrumentos de dívida		-	-	-	Passivos fiscais		110.636	111.310	68.527
Outros ativos financeiros disponíveis para venda	5b	281	6.108	6.284	Imposto de renda e contribuição social - Correntes		60.661	99.352	61.902
Empréstimos e adiantamentos		1.128.056	434.814	326.796	Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	12	49.975	11.958	6.625
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	6a	1.071.446	419.109	272.595	Outros passivos	11	247.817	177.348	136.056
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras líquidos	6b	28.872	15.705	54.201	Total do Passivo		29.489.770	11.196.411	5.946.845
Recebíveis de câmbio	6c	27.738	-	-	Patrimônio líquido	13	2.522.700	1.428.031	1.301.288
Imobilizado	7	33.729	22.753	11.628	Capital social		1.908.382	765.432	749.853
Intangível	8	5.620	7.934	10.905	Ações em tesouraria		(10)	(10)	(10)
Ativos fiscais		441.614	380.391	321.427	Reservas de capital		607.416	656.015	551.445
Imposto de renda e contribuição social - Correntes		70.272	2.409	2.322	Outros resultados abrangentes		6.912	6.594	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	12	371.342	377.982	319.105	Total do passivo e patrimônio líquido		32.012.470	12.624.442	7.248.133
Outros ativos	11	762.288	651.119	664.946					
Total do ativo		32.012.470	12.624.442	7.248.133					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Demonstração consolidada do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2011	2010
Receitas com juros e similares	14a	2.224.117	2.297.848
Despesas com juros e similares	14b	<u>(424.955)</u>	<u>(242.483)</u>
Receita líquida com juros		<u>1.799.163</u>	<u>2.055.365</u>
Provisão para perda de crédito	6a	(13.504)	-
Receita líquida da provisão para perda de crédito		<u>1.785.659</u>	<u>2.055.365</u>
Receita de tarifas e comissões	15	191.586	245.793
Ganhos/(Perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros	14c	727.436	(1.659.337)
Ganhos líquidos com variação cambial	16	<u>(1.727.181)</u>	<u>111.682</u>
Total de receitas		<u>977.500</u>	<u>714.555</u>
Despesas tributárias	17	(124.531)	(113.666)
Despesas administrativas			
Despesas com pessoal	18	(374.200)	(269.880)
Outras despesas administrativas	19	(124.984)	(124.083)
Depreciação e amortização	7 e 8	(7.754)	(6.619)
Provisões		-	(18.156)
Outras despesas		<u>(64.537)</u>	<u>(38.948)</u>
Lucro operacional antes da tributação		<u>281.493</u>	<u>182.151</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	12	<u>(132.362)</u>	<u>(88.084)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>149.131</u>	<u>94.067</u>
Lucro por ação (em reais)			
Lucro básico e diluído por ação - R\$			
Ações ordinárias		0,0032	0,0033
Ações preferenciais		0,0032	0,0033
Média ponderada das ações (em milhares) - básica e diluída			
Quantidade de ações ordinárias		32.067.949	27.721.577
Quantidade de ações preferenciais		1.123.768	971.456

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Demonstração consolidada do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício	<u>149.131</u>	<u>94.067</u>
Outros componentes do resultado abrangente		
Variação do valor justo dos ativos disponíveis para venda	12.584	6.594
Ganhos transferidos ao resultado por alienação dos ativos disponíveis para venda	<u>(12.266)</u>	<u>-</u>
	<u>318</u>	<u>6.594</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>149.449</u>	<u>100.661</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Reservas					Outros resultados abrangentes		Ações em tesouraria	Total	
	Capital social	Reserva de atualização de títulos patrimoniais	Subvenções para investimento	Legal	Estatutária	Contribuição de capital	Lucros acumulados			Disponível para venda
Em 1º de janeiro de 2010	<u>749.853</u>	<u>15.579</u>	<u>24.939</u>	<u>114.196</u>	<u>396.731</u>				<u>(10)</u>	<u>1.301.288</u>
Transações com acionistas										
Aumento de capital (Nota 13)	15.579	(15.579)								-
Pagamento baseado em ações (Nota 20 (b))						26.082				26.082
Total do Resultado Abrangente										
Lucro líquido do exercício							94.067			94.067
Outros resultados abrangentes no exercício								6.594		6.594
Destinação do lucro líquido										
Reserva legal				5.509			(5.509)			
Reserva estatutária					88.558		(88.558)			
Em 31 de dezembro de 2010	<u>765.432</u>	<u></u>	<u>24.939</u>	<u>119.705</u>	<u>485.289</u>	<u>26.082</u>	<u></u>	<u>6.594</u>	<u>(10)</u>	<u>1.428.031</u>
Transações com acionistas										
Aumento de capital (Nota 13)	1.142.950				(220.000)					922.950
Pagamento baseado em ações (Nota 20 (b))						22.292				22.292
Total do Resultado Abrangente										
Lucro líquido do exercício							149.131			149.131
Outros resultados abrangentes no exercício								318		318
Destinação do lucro líquido										
Reserva legal				5.522			(5.522)			-
Reserva estatutária				-	143.587		(143.609)			(22)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>1.908.382</u>	<u>-</u>	<u>24.939</u>	<u>125.227</u>	<u>408.876</u>	<u>48.374</u>	<u>-</u>	<u>6.912</u>	<u>(10)</u>	<u>2.522.700</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2011	2010
Atividades operacionais		
	<u>192.963</u>	<u>176.193</u>
Ajustes ao lucro	149.131	94.067
Lucro líquido		
Ajuste ao lucro líquido		
Depreciações do ativo imobilizado e intangível (Notas 7 e 8)	7.754	6.619
(Ganho) Perda na alienação de ativo imobilizado	-	69
(Ganho) Perda na alienação de investimento	(1.122)	-
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos	44.657	(53.544)
Despesa de pagamento baseado em ações (Nota 20(b))	22.292	26.082
(Reversões)/Constituições de provisões	(29.750)	102.900
Aumento líquido nos ativos operacionais	<u>(13.289.245)</u>	<u>(5.305.186)</u>
Ativos financeiros para negociação	(12.868.175)	(4.895.097)
Ativos financeiros disponível para venda	208.025	(448.086)
Empréstimos e adiantamentos	(699.629)	(108.018)
Ativos fiscais correntes	(67.865)	(86.723)
Outros ativos	(111.169)	100.465
Juros recebidos	249.568	132.273
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais	<u>779.568</u>	<u>(236.158)</u>
Passivos financeiros para negociação	747.789	(314.899)
Passivos fiscais correntes	99.005	174.776
Outros passivos	70.470	41.291
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(137.696)	(137.326)
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	<u>(12.316.714)</u>	<u>(5.365.151)</u>
Atividades de investimentos		
Alienação de ativo imobilizado	-	108
Aquisição de ativo imobilizado (Nota 7)	(16.416)	(15.409)
Alienações de intangível	-	528
(Ganho)/Perda na alienação de investimento	1.122	(69)
Caixa líquido utilizado de atividades de investimentos	<u>(15.294)</u>	<u>(14.842)</u>
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital (Nota 13)	922.950	-
Aumento em passivos financeiros ao custo amortizado	17.540.061	5.383.585
Juros pagos	(19.540)	(6.096)
Dividendos pagos (Nota 13)	(14.996)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	<u>18.428.475</u>	<u>5.377.489</u>
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>6.096.467</u>	<u>(2.504)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	13.736	16.256
Efeitos das mudanças de taxas de câmbio	(311)	(16)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 3)	6.109.892	13.736
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>6.096.467</u>	<u>(2.504)</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2011 não houveram transações não monetárias.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

1 Contexto operacional

O Banco J.P. Morgan S.A. e suas subsidiárias, localizados em São Paulo operam como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio, bem como com operações inerentes às corretoras de câmbio e valores mobiliários e distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

O Banco J.P. Morgan S.A. é controlado pela J.P. Morgan International Finance Limited, que detém 99,6% de suas ações ordinárias e preferenciais.

Integram o Consolidado Financeiro Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan") o Banco e suas subsidiárias: J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, além de seu fundo exclusivo: Atacama Multimercado Fundo de Investimento ("Consolidado").

As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2 Políticas contábeis significativas

As principais políticas contábeis utilizadas na elaboração destas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

2.1 Base de preparação

Essas demonstrações contábeis consolidadas do J.P. Morgan foram elaboradas em atendimento a Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, em acordo com o padrão contábil internacional ("IFRS"), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation* ("IASC").

Para fins desta demonstração, o J.P. Morgan elegeu a data de 1º de janeiro de 2010 (a "data de transição") como a data de transição entre as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e o IFRS. O BR GAAP foi definido como a prática contábil anterior ("GAAP anterior"), de acordo com o pronunciamento IFRS 1 - *First-time adoption of International Financial Reporting Standards*. Essa adoção foi efetuada considerando a Carta-Circular n. 3435, emitida pelo BACEN.

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhares, exceto quando indicado de outro modo.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis do Banco, de suas subsidiárias e de seu fundo exclusivo para o exercício findo em 31 de dezembro. Todos os saldos, transações, receitas e despesas entre as entidades do grupo são eliminados.

Entende-se por "subsidiárias" as entidades nas quais o Banco tem a possibilidade de exercer controle; essa possibilidade é, em geral, mas não necessariamente, presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente metade ou mais dos direitos de voto na investida ou, ainda que esse percentual seja inferior, quando o controle é exercido pelo Banco, como no caso de acordos com acionistas da investida. Controle é o poder de definir as políticas contábeis e operacionais de uma entidade, conforme estipulado por lei, pelo Estatuto ou por acordo, a fim de obter benefícios dessas atividades.

As demonstrações contábeis das entidades sobre as quais o Banco exerce controle estão consolidadas.

As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Banco. O controle é adquirido quando o Banco passa a deter o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter os benefícios de suas atividades.

2.2 Julgamentos e estimativas contábeis significativos

No processo de elaboração das demonstrações contábeis do Consolidado, a administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para calcular certos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. A aplicação mais relevante do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorre em:

(a) Perdas com redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

O Consolidado J.P. Morgan revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

A administração exerce seu julgamento para determinar se há evidência de indicativos de evento de perda para estipular o montante de provisão para créditos de liquidação duvidosa que deve ser registrado nas demonstrações contábeis consolidadas. Esta evidência pode incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável.

O Consolidado revisa seus empréstimos e adiantamentos individualmente significantes a cada data de balanço para avaliar se perdas com redução ao valor recuperável devem ser registradas na demonstração do resultado.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado

O julgamento da administração é requerido na estimativa do valor e período do fluxo de caixa futuro impactando a determinação das perdas com redução ao valor recuperável. Na estimativa desses fluxos de caixa, a administração faz julgamentos em relação à situação financeira do cliente e ao valor realizável líquido da garantia. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuras alterações à provisão.

O montante de provisão em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 13.504. Não havia provisão para 31 de dezembro de 2010 e nem 01 de janeiro de 2010.

Se o valor presente dos fluxos de caixa estimados apresentasse uma variação positiva ou negativa de 1%, a provisão para créditos de liquidação duvidosa seria aumentada ou diminuída em R\$ 135 em 31 de dezembro de 2011.

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia. A valorização dos instrumentos financeiros está apresentada em mais detalhes na Nota 21.

O Consolidado reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações contábeis, calculadas por meio da mensuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados das operações nas quais foram constatadas evidências objetivas de deterioração.

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011 totalizam R\$ 23.524.690 (R\$ 11.113.695 em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 5.896.175 em 01 de janeiro de 2010).

(c) Ativos tributários diferidos

Ativos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

O montante de ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 371.342 (R\$ 377.982 em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 319.105 em 01 de janeiro de 2010).

(d) Passivos contingentes

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 **Em milhares de reais, exceto quando indicado**

O Consolidado JP Morgan revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 22.

O valor contábil dessas contingências em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 1.413.380 (R\$ 1.443.129 em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 1.340.228 em 01 de janeiro de 2010).

2.3 Normas, alterações e interpretações publicadas pelo IASB

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

- Alteração do IFRIC 14 – “IAS 19 – The limit on a defined benefit asset, minimum funding requirements and their interaction” - remove uma consequência não intencional do IFRIC 14 relacionada a prépagamentos voluntários de planos de pensão quando existe um requerimento mínimo de financiamento. Essa alteração de interpretação não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IFRIC 19 – “Extinguishing Financial Liabilities with Equity Instruments” – trata da contabilização da liquidação de um débito por meio de instrumento de patrimônio. Esclarece que o ganho ou perda na liquidação de passivos financeiros por meio de instrumento de patrimônio devem ser reconhecidos no resultado. Essa alteração de interpretação não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IAS 1 – “Presentation of Financial Statements” – esclarece que uma entidade deverá divulgar uma análise de outros resultados abrangentes na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ou em notas explicativas. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto relevante nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IAS 24 – “Related Party Disclosure” – trata de novos requerimentos para o relacionamento com agências governamentais e exclui transações entre coligadas. Essa alteração no pronunciamento não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IAS 27 – “Consolidated and Separate Financial Statements” – determina que a perda de controle sobre uma subsidiária, perda de influência sobre uma coligada e perda de controle conjunto em uma joint venture são eventos similares e devem ser reconhecidos e mensurados a valor justo e os ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto relevante nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IAS 32 – “Financial Instruments: Presentation” – estabelece condições as quais a emissão de certos direitos, em moeda funcional diferente da moeda funcional da entidade, pode ser

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado

classificada como instrumento de patrimônio. Essa alteração no pronunciamento não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IAS 34 – “Interim Financial Reporting” – requer a divulgação sobre transações e eventos relevantes nas demonstrações contábeis intermediárias. Essa alteração no pronunciamento não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.
- Alteração do IFRS 1 – “First-time Adoption of International Financial Reporting Standards” – trata de isenções limitadas a partir das divulgações comparativas ao IFRS 7. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto relevante nas demonstrações contábeis consolidadas.
- Alteração do IFRS 7 – “Financial Instruments: Disclosures” – enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros, especialmente as garantias mantidas.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IAS 32 – “Financial Instruments: Presentation” – essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de “offsetting” de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.
- Alterações do IFRS 7 – “Financial Instruments: Disclosures” – em Outubro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre transferências de ativos (riscos remanescentes) e de transferências próximas da data do período. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1º de julho de 2011. Adicionalmente em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de “offsetting”. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações.
- IFRS 9 – “Financial Instruments” – o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “Financial Instruments: Recognition and Measurement”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2015, e o IASB permite sua adoção antecipada.
- Alteração do IAS 19 – “Employee Benefits” – essa alteração não permite mais o uso do método do “corredor” e todas as movimentações deverão ser lançadas nos Outros Resultados Abrangentes Acumulados. É efetivo para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.
- IFRS 10 – “Consolidated Financial Statements” – o pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada. O IFRS 10 fornece guia adicional para ajudar na determinação do controle, quando há dificuldades em certos casos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.
- IFRS 13 – “Fair Value Measurement” – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos da adoção do normativo.

2.4 Reconciliação entre BR GAAP e IFRS aplicáveis ao patrimônio líquido

Conforme mencionado na Nota 1(b), a data de 1º de janeiro de 2010 foi escolhida como data de transição para o IFRS.

A reconciliação do patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010, do resultado abrangente e do lucro líquido do exercício findo naquela mesma data corresponde às práticas e políticas contábeis apuradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Demonstrações da posição financeira consolidada:

	31 de dezembro de 2010			1º de janeiro de 2010		
	BR GAAP	Ajuste IFRS	IFRS	BR GAAP	Ajuste IFRS	IFRS
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa e depósitos no BACEN (Nota (a))	13.752	(16)	13.736	16.253	3	16.256
Ativos financeiros para negociação (Nota (f))	10.633.633	19.097	10.652.730	5.883.595	3.148	5.886.891
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota (c))	461.323	(179)	461.144	6.284		6.284
Empréstimos e adiantamentos (Nota (a)(b))	434.759	55	434.814	325.643	1.153	326.796
Ativo imobilizado	22.753		22.753	11.628		11.628
Ativo intangível	7.934		7.934	10.905		10.905
Créditos tributários	380.391		380.391	321.427		321.427
Outros ativos (Nota (a)(e))	<u>2.454.362</u>	<u>(1.803.243)</u>	<u>651.119</u>	<u>1.219.723</u>	<u>(554.777)</u>	<u>664.946</u>
Total do ativo	<u>14.408.728</u>	<u>(1.784.286)</u>	<u>12.624.621</u>	<u>7.795.606</u>	<u>(550.473)</u>	<u>7.248.133</u>
Passivo						
Passivos financeiros para negociação (Nota (f))	704.156	81.579	785.735	1.098.101	2.533	1.100.634
Passivos financeiros ao custo amortizado (Nota (a)(e))	10.562.627	(1.883.738)	8.678.889	3.855.259	(553.860)	3.301.399

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Provisões	1.443.129		1.443.129	1.340.229		1.340.229
Passivos Fiscais (Nota (d))	103.748	7.562	111.310	68.185	342	68.527
Outros passivos	<u>178.803</u>	<u>(1.455)</u>	<u>177.348</u>	<u>137.511</u>	<u>(1.455)</u>	<u>136.056</u>
Total do passivo (sem o patrimônio)	<u>12.992.463</u>	<u>(1.796.052)</u>	<u>11.196.411</u>	<u>6.499.285</u>	<u>(552.439)</u>	<u>5.946.845</u>

Conciliação do patrimônio líquido

	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Patrimônio líquido consolidado em BR GAAP	1.416.265	1.299.321
Ajustes IFRS		
Alteração das taxas de conversão de transações denominadas em moeda estrangeira (Nota (a))	17.997	336
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (Nota (b))	55	518
Reconhecimento e mensuração de investimentos (Nota (c))	(179)	
Efeito fiscal sobre os ajustes IFRS (Nota (d))	(7.562)	(342)
Reversão de dividendos prescritos (Nota (h))	<u>1.455</u>	<u>1.455</u>
Patrimônio líquido consolidado em IFRS	<u>1.428.031</u>	<u>1.301.288</u>

Conciliação do resultado

	31 de dezembro de 2010		
	BR GAAP	Ajuste IFRS	IFRS
Receitas com juros e similares	2.297.848	-	2.297.848
Despesas com juros e similares	(242.483)	-	(242.483)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	2.055.365		2.055.365
Receita de tarifas e comissões	245.793	-	245.793
Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros	(1.659.337)	-	(1.659.337)
Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial (Nota (a))	94.540	17.142	111.682
TOTAL DE RECEITAS	736.361		753.503
Despesas tributárias	(113.666)	-	(113.666)
Despesas administrativas			
Despesas com pessoal (Nota (g))	(243.799)	(26.081)	(269.880)
Outras despesas administrativas	(124.083)	-	(124.083)
Depreciação e amortização	(6.619)	-	(6.619)
Provisões	(18.156)	-	(18.156)
Outras despesas	(39.003)	55	(38.948)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	191.035		182.151
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (Nota (d))	(80.864)	(7.220)	(88.084)
LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	<u>110.171</u>	<u>(16.104)</u>	<u>94.067</u>

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a) Alteração das taxas de conversão de transações denominadas em moeda estrangeira

Em BR GAAP as operações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, no caso reais, por meio da utilização da cotação da PTAX (média praticada no dia) conforme determina a regra do BACEN.

Para o IFRS, seguimos o IAS 21, onde as operações em moeda estrangeira devem ser convertidas para a moeda funcional às taxas de fechamento na data do balanço. As diferenças apuradas na conversão de operações em moeda estrangeira gera ajuste de critério contábil.

(b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Em BR GAAP a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada conforme regra do BACEN, onde as provisões são constituídas, no mínimo, considerando a quantidade de dias em que o pagamento está em atraso. Assim, no BR GAAP, a provisão não pode ser inferior ao mínimo requerido por essa norma do BACEN, mas uma provisão adicional pode ser reconhecida quando a provisão mínima é considerada insuficiente.

No IFRS, de acordo com a IAS 39 um ativo financeiro está *impaired* se, e apenas se, existir evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial. Perdas esperadas como resultado de acontecimentos futuros ou tendências possíveis não podem ser reconhecidas.

Conforme o IAS 39 uma entidade deve avaliar, no final de cada período contábil, se há qualquer evidência objetiva de que um ativo financeiro está com problemas de recuperabilidade (*impairment*). As diferenças entre as normas do BR GAAP e do IFRS resultam em valores diferentes de provisão para créditos de liquidação duvidosa e em consequência o ajuste foi reconhecido.

O J.P Morgan avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos com rating diferentes de A e AA.

(c) Reconhecimento e mensuração de investimentos

Dentro do escopo do IAS 39 certos investimentos são caracterizados como instrumentos financeiros. Dessa forma devem ser avaliados e reconhecidos pelo valor justo. Adicionalmente, testes de *impairment* são efetuados, conforme determinado pelo respectivo IAS.

Assim para o IFRS o J.P. Morgan reclassificou seus investimentos, antes avaliados ao custo, para disponível para venda, onde foi efetuado teste de *impairment* para cálculo do valor justo. A diferença entre o BR GAAP e o IFRS impactou na redução do ativo e consequentemente do patrimônio do Consolidado.

(d) Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de um passivo ou ativo em uma transação que não se qualifica como uma

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

combinação de negócios e que na data da transação, não afeta o lucro contábil e nem o lucro (ou perda) fiscal para fins fiscais.

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS.

Outras alterações que impactaram somente os saldos de Ativo e Passivo

(e) Contabilização de posição líquida de ativos/passivos financeiros

Um ativo financeiro e um passivo financeiro serão compensados e o valor líquido apresentado na demonstração contábil quando, e apenas quando, uma entidade: (a) tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos; (b) pretender liquidar sobre uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Este conceito foi aplicado às operações de câmbio pronto e aos valores pendentes de pagamento/recebimento da BM&FBOVESPA (negociação e intermediação de valores).

Neste caso, o tratamento utilizado para essa diferença entre o BR GAAP e o IFRS foi redirecionar as contas de câmbio (ativo e passivo) para a rubrica de "outros ativos" (no caso do valor líquido ser devedor) ou de "outros passivos financeiros" (no caso do valor líquido ser credor). As contas de "negociação e intermediação de valores" que registram os valores pendentes de liquidação junto à BM&FBOVESPA foram direcionadas para "empréstimos e adiantamentos" (ativo) ou para "outros passivos financeiros".

(f) Reclassificação de valores a receber e a pagar de operações de futuros

Os valores a receber e a pagar provenientes de operações de futuros que localmente estavam registrados em contas de negociação e intermediação de valores, na rubrica de "Outros passivos financeiros", foram reclassificados para a rubrica "Ativos financeiros para negociação - derivativos" (no caso de valores a serem recebidos) ou para a rubrica "Passivos financeiros para negociação - derivativos" (no caso de valores a serem pagos), por se tratarem de valores originados de operações de derivativos.

Outra alteração que impactou o resultado, mas não produziu efeito no patrimônio líquido:

(g) Contabilização de pagamento baseado em ações

Conforme IFRS 2, para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a entidade mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo (Nota 20(b)).

(h) Dividendos prescritos

Os dividendos destinados em exercício anterior a 2010 ajustado no balanço de abertura, 01 de janeiro de 2010.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado

2.5 Resumo das principais práticas contábeis

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em reais, moeda funcional do J.P. Morgan e moeda de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do período (cotação de "compra" para ativos e de "venda" para passivos).

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como "Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial" na demonstração consolidada de resultado, com exceção das variações cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado abrangente como "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros" sem distingui-las de outras variações no valor justo.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos e Aplicações no mercado aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

(c) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros

(i) Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Instrumentos financeiros derivativos" são quaisquer instrumentos financeiros com vencimento em data futura cujo valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

(ii) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o J.P. Morgan se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(iii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Nesse caso, são reconhecidos inicialmente ao valor justo e os custos de transação são reconhecidos como despesa.

(iv) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- . Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado) - essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os derivativos não designados como instrumentos de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).
- . Ativos financeiros disponíveis para venda - essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não seriam subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto. Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de "ajuste ao valor justo" no resultado abrangente, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou possui indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.
- . Empréstimos e adiantamentos - essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizados, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de custo amortizado por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

(v) Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

- . "Caixa e equivalentes de caixa e depósitos no BACEN" - saldos de caixa, depósitos a vista no país e no exterior e saldos credores à vista referentes a depósitos no Banco Central do Brasil.
- . "Empréstimos e adiantamentos" - incluem os empréstimos concedidos pelo Consolidado, exceto os representados por títulos, saldos devedores de natureza financeira em favor do J.P. Morgan, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, créditos de taxas e comissões, depósitos efetuados por determinação judicial e outras contas a receber.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado

- "Empréstimos e adiantamentos a clientes" - inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Consolidado, exceto os representados por títulos.
- "Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras" - créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- "Instrumentos de dívida" - bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.. "Instrumentos de patrimônio" - instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- "Outros Ativos" - referem-se, basicamente, a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a entidade, benefícios ou prestação de serviços em períodos seguintes.
- "Instrumentos financeiros derivativos" - inclui o valor justo em favor do J.P. Morgan dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).

(vi) Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado) - essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos com o propósito de geração de resultado no curto prazo, derivativos não designados como instrumentos de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*), e os passivos financeiros resultantes de venda direta de instrumentos de capital de propriedade de terceiros mediante compromisso de recompra (posições vendidas *short*).
- Passivos financeiros ao custo amortizado - passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos na categoria anterior e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelo J.P. Morgan.

(vii) Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas da demonstração da posição financeira consolidada:

- "Depósitos de clientes" - inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Consolidado e todos os demais saldos credores do Consolidado junto aos seus clientes.
- "Depósitos de instituições financeiras" - depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- "Empréstimo no exterior" - são representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior.
- "Outros passivos financeiros" - são registradas nesta rubrica as oscilações das moedas estrangeiras

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado

utilizadas na conversão das operações de "câmbio" pronto para moeda funcional da entidade, não liquidadas até a data de encerramento do exercício, valores a pagar para a Bolsa referente operações realizadas através dela (exceto futuros) e relações de interdependências.

- "Instrumentos financeiros derivativos" - inclui o valor justo a pagar pelo Consolidado nos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).

(d) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

(i) Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto empréstimos e recebíveis, e instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura.

Todos os derivativos são reconhecidos na demonstração de posição financeira ao valor justo desde a data de fechamento da operação. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" da demonstração consolidada de resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os "Empréstimos e adiantamentos" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é considerado equivalente ao custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não recuperação ou impossibilidade de cobrança.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura e os derivativos financeiros que tenham de forma subjacente instrumentos de patrimônio com estas características e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não recuperação relacionadas. Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Consolidado ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações contábeis.

(ii) Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros, exceto os derivativos, são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

(iii) Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como "para negociação" são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado abrangente na rubrica "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no resultado abrangente na rubrica "Ativos disponíveis para venda". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são lançados para resultado.

(iv) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, empréstimos e recebíveis não são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Consolidado, exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

Ativos e passivos nessa categoria estão classificados nas rubricas "Empréstimos e adiantamentos" e "Passivos financeiros ao custo amortizado".

(e) Baixa de ativos financeiros e passivos financeiros

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- . o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido;
- . o Consolidado transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se:

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado

- .. o Consolidado transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo;
- .. o Consolidado não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

(ii) Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por um outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

(f) Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Esse não é geralmente o caso em contratos master de *netting*, para os quais os ativos e passivos relacionados são apresentados segregados no balanço patrimonial.

(g) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificados como "para negociação" são reconhecidas quando há evidência objetiva de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

(i) Ativos Financeiros avaliados individualmente

A cada data do balanço patrimonial, o J.P. Morgan avalia se há alguma evidência objetiva de deterioração dos ativos. Este procedimento é aplicado a todos os ativos financeiros considerados individualmente significativos.

A evidência objetiva de deterioração existe se um ou mais dos seguintes eventos ocorreu:

- . o devedor está passando por dificuldades financeiras;
- . ocorrência de quebra contratual, ou inadimplência no pagamento de juros ou do principal;
- . o Consolidado faz concessões à contraparte, por razões relativas à dificuldade financeira do mesmo, que são condições mais favoráveis se comparadas aquelas que o Consolidado negociaria em situações normais;
- . alta probabilidade de que a contraparte entre em falência ou sofra reorganização societária;
- . evidência de deterioração no valor da garantia atrelada ao ativo.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 **Em milhares de reais, exceto quando indicado**

As perdas em decorrência de redução ao valor recuperável são calculadas através do desconto do fluxo de caixa esperado do ativo utilizando sua taxa de juros efetiva original e por meio da comparação do valor presente resultante com o valor contábil atual do ativo, sendo esta diferença lançada imediatamente no resultado contábil do exercício. O valor contábil do ativo deteriorado no balanço patrimonial é reduzido através do uso de uma conta de provisão.

Se o valor da perda mensurada para um ativo deteriorado diminui num período subsequente e esta diminuição pode ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da redução do valor recuperável, o excesso é reconhecido através da redução da conta de provisão do ativo. A reversão é reconhecida em contrapartida ao resultado contábil do exercício.

Ativos financeiros (e a respectiva conta de provisão para deterioração) são normalmente baixados, mesmo que parcialmente ou no total, quando não há expectativa de recuperação destes valores.

(h) Operações compromissadas

Compras/vendas de ativos financeiros com base em um contrato de revenda/recompra não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido/recebido, com base na natureza do devedor/credor, sob a rubrica "Caixa e equivalente a caixa" ou "Depósitos de instituições financeiras".

(i) Ativo imobilizado

O Ativo imobilizado inclui o valor de veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e outros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de "despesas administrativas".

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada de cada bem. As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

(j) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao J.P. Morgan o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 **Em milhares de reais, exceto quando indicado**

para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subseqüentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

São compostos substancialmente por softwares adquiridos junto a fornecedores externos, Esses gastos são amortizados linearmente com base em sua vida útil estimada.

(k) Provisões

As provisões são saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere provável de que a obrigação tenha de ser liquidada.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessários) ao final do período. Os eventos futuros que podem afetar o valor exigido para liquidar uma obrigação são refletidos no valor das provisões nas hipóteses em que exista evidência objetiva de sua ocorrência. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

(l) Reconhecimento de receita e despesa

Os critérios mais significativos utilizados pelo Consolidado para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

(l.1) Receita e despesa de juros e similares

Receitas de despesas de juros e similares são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

(l.2) Receita de tarifas e comissões

O Consolidado auferir receita de taxas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Receita provenientes de taxas pode ser segregada nas seguintes categorias:

(l.2.1) Receita com taxas auferidas de serviços prestados em um determinado período

Taxas auferidas com a prestação de serviços ao longo do período são apropriadas ao longo do mesmo período.

Essas taxas incluem receita de comissão e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento e assessoria.

(l.2.2) Receita com taxas de serviços de transação prestados

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros, como, por exemplo,

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término da transação que gerou a taxa. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com performance específica são reconhecidas depois de cumprir o critério específico.

(m) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter.

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária.

Em 31 de dezembro de 2011 não havia nenhuma garantia cuja perda tenha sido considerada provável.

(n) Ativos sob administração

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração são incluídas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado.

(o) Benefícios a funcionários

(o.1) Plano de pensão

O Banco J.P. Morgan S.A. é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas.

(o.2) Unidade de ações restritas

Os funcionários elegíveis do Consolidado J.P. Morgan participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O J.P. Morgan contabiliza sua despesa no resultado do exercício em contrapartida ao patrimônio líquido seguindo o pronunciamento do IFRS 2 (Nota 20(b)).

(p) Impostos

(p.1) Imposto corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

(p.2) Imposto diferido

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases tributárias de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira. Passivos tributários diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- em situações em que o passivo tributário diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;
- a respeito das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em que o tempo da reversão da diferença temporária pode ser controlado e é provável que essa não seja revertida em um futuro próximo.

Ativos tributários diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados exceto:

- onde o ativo tributário diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é considerado uma combinação e negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;
- a respeito das diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em subsidiárias, ativos tributários diferidos são reconhecidos somente na extensão em que é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável estará disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos tributários diferidos baixados são reavaliados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos tributários diferidos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto corrente e imposto diferido relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado.

Ativos e passivos tributários diferidos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo tributário corrente contra o passivo tributário corrente e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

(q) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios do J.P. Morgan que foram adquiridos por ele (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados utilizando o custo médio ponderado. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 **Em milhares de reais, exceto quando indicado**

ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

(r) Dividendos e juros sobre capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com o BRGAAP e não com base nestas Demonstrações Contábeis.

(s) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do J. P. Morgan pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – “Earnings per share”.

(t) Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- . Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.
- . Fluxos de caixa - são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- . Atividades operacionais - são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- . Atividades de investimento - são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- . Atividades de financiamento - são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes a Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>1º de janeiro de 2010</u>
Disponibilidades	110.167	13.631	2.845
Créditos Vinculados ao BACEN - crédito rural	10	105	411
Aplicações em operações compromissadas	<u>5.999.715</u>	<u>-</u>	<u>13.000</u>
	<u>6.109.892</u>	<u>13.736</u>	<u>16.256</u>

4 Ativos financeiros mantidos para negociação

(a) Instrumentos de dívida

	<u>31 de dezembro de 2011</u>			<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>1º de janeiro de 2010</u>
	<u>Custo</u>	<u>Ganhos/ (perdas)</u>	<u>Valor mercado</u>	<u>Valor mercado</u>	<u>Valor mercado</u>
Títulos do Governo Brasileiro	22.081.669	(497.095)	21.584.574	9.422.509	3.835.217

(b) Instrumentos de patrimônio

	<u>31 de dezembro de 2011</u>			<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>1º de janeiro de 2010</u>
	<u>Custo</u>	<u>Ganhos/ (perdas)</u>	<u>Valor mercado</u>	<u>Valor mercado</u>	<u>Valor mercado</u>
Ações listadas em bolsa	991.940	(4.635)	987.305	504.353	352.971
Cotas de fundos de investimento	<u>37.068</u>	<u>-</u>	<u>37.068</u>	<u>34.240</u>	<u>620.996</u>
	<u>1.029.008</u>	<u>(4.635)</u>	<u>1.024.373</u>	<u>538.593</u>	<u>973.967</u>

(c) Instrumentos financeiros derivativos

O Consolidado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites de risco de mercado das posições.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado

As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros ou direitos para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos ou direitos para trocar pagamentos futuros de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros e operações de *swaps* estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.

Para cálculo do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios:

- . *Swaps* e termos - apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.
- . Ações - cotação de fechamento divulgada pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
- . Opções - modelo de precificação "Black & Scholes" e modelos internos, quando o modelo "Black & Scholes" não é aplicável.
- . Futuros - cotações e taxas publicadas pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA).

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à BM&FBOVESPA são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 2.368.263.

Abaixo, composição dos derivativos (ativos e passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado.

			Valor justo		
	Valor de curva	Ganhos/(perdas) não realizados	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Ativo	2.223.009	(1.553.625)	669.384	691.628	1.080.707
Operações de <i>swap</i>	1.851.525	(1.513.414)	338.111	356.979	405.849
Operações a termo	236.732	(34.684)	202.048	121.689	301.192
Prêmio de opções de IBOVESPA	11.671	(1.527)	10.144	47.695	366.545
Prêmio de opções de dólar	1.644	1.634	3.278	38	3.772
Prêmio de opções de euro	-	-	-	451	-
Prêmio de opções de ação	100.402	(21.120)	79.282	134.571	-
Prêmio de opções de índice futuro	106	(40)	66	2.310	-
Prêmio de opções de mercadorias	11.367	(3.110)	8.257	-	-
Futuros	6.581	-	6.581	19.097	3.148
Outros derivativos	2.981	18.636	21.617	8.798	201
Passivo	1.650.687	(117.163)	1.533.524	785.736	1.100.634
Operações de <i>swap</i>	534.478	(67.355)	456.123	232.676	286.061
Operações a termo	178.604	(43.012)	135.592	127.003	304.375
Prêmio de opções de IBOVESPA	15.806	(3.827)	11.979	169.697	503.637
Prêmio de opções de dólar	1.701	1.578	3.279	38	3.616
Prêmio de opções de euro	-	-	-	451	-

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Prêmio de opções de ação	154.143	(8.195)	145.948	158.590	-
Prêmio de opções de índice futuro	105	(40)	65	5.165	-
Prêmio de opções de mercadorias	706.410	3.485	709.895	-	-
Futuros	67.385	-	67.385	81.579	2.533
Outros derivativos	3.055	203	26.157	10.536	412

Os contratos de derivativos estão segregados da seguinte forma:

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	
Ativo				
Operações de <i>swap</i>	146.081	192.030	338.111	
Operações com opções	100.857	170	101.027	
Operações a termo	162.043	40.005	202.048	
Operações de Futuros	6.581	-	6.581	
Outros derivativos	21.617	-	21.617	
Passivo				
Operações de <i>swap</i>	158.748	297.375	456.123	
Operações com opções	869.747	1.419	871.166	
Operações a termo	107.522	28.070	135.592	
Operações de Futuros	67.385	-	67.385	
Outros derivativos	3.258	-	3.258	
			Total	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>1º de janeiro de 2010</u>
Ativo				
Operações de <i>swap</i>	50.899	306.080	356.979	405.849
Operações com opções	183.253	1.812	185.065	370.317
Operações a termo	118.176	3.513	121.689	301.192
Operações de Futuros	19.097	-	19.097	3.148
Outros derivativos	8.147	651	8.798	201
Passivo				
Operações de <i>swap</i>	32.062	200.615	232.677	286.061
Operações com opções	253.759	80.182	333.941	507.253
Operações a termo	120.623	6.380	127.003	304.375
Operações de Futuros	81.579	-	81.579	2.533
Outros derivativos	9.885	651	10.536	412

Os contratos de derivativos (valor nominal) possuem os seguintes vencimentos em dias:

	Total					
	<u>Até três meses</u>	<u>Quatro a 12 meses</u>	<u>Um a três anos</u>	<u>Acima de três anos</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Operações de <i>swap</i>	2.721.399	879.915	1.132.642	3.624.758	8.358.714	5.797.958

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Total					
	Até três meses	Quatro a 12 meses	Um a três anos	Acima de três anos	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Operações com opções - comprada	69.943	4.353.810	1.683	-	4.425.436	12.411.779
Operações com opções - vendida	180.779	5.504.837	1.683	-	5.687.299	6.524.204
Operações de futuros - comprada	24.692.932	1.943.414	1.176.650	1.634.430	29.447.426	14.500.993
Operações de futuros - vendida	5.287.402	6.709.872	1.850.961	3.110.607	16.958.842	18.010.337
Operações a termo - comprada	747.076	1.292.003	220.759	397.482	2.657.320	432.073
Operações a termo - vendida	410.319	312.247	187.845	391.341	1.301.752	502.367
Outros derivativos	115.079	243.949	-	-	359.028	350.107

Ganhos e (perdas) realizados e não realizados, durante o exercício de 2011, na carteira de derivativos:

	2011	
	Realizados	Não Realizados
<i>Swap</i>	1.700.301	(1.580.769)
Termo	78.082	(77.696)
Futuros	(241.742)	-
Opções	242.640	(31.162)
Outros	(47.573)	18.839

	2010	
	Realizados	Não Realizados
<i>Swap</i>	61.206	17.165
Termo	106.906	(38.577)
Futuros	(705.642)	-
Opções	169.292	(170.217)
Outros	(9.340)	7.827

5 Ativos financeiros disponíveis para venda

(a) Instrumentos de dívida

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados na tabela a seguir:

			Valor justo		
	Custo/custo amortizado	Resultados não realizados ganhos/perdas	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Títulos do Governo Brasileiro	250.100	2.559	252.659	454.857	-

Ganhos e (perdas) realizados e não realizados:

1º de janeiro a 31 de

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>dezembro de 2011</u>	
	<u>Realizados</u>	<u>Não Realizados</u>
Títulos do governo brasileiro	12.266	2.559
	<u>1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010</u>	
	<u>Realizados</u>	<u>Não Realizados</u>
Títulos do governo brasileiro	-	10.991

(b) Outros ativos financeiros disponíveis para venda

São representados por opções por incentivos fiscais no valor de R\$ 0 em 31/12/2011, R\$ 5.827 em 31/12/2010 e 01/01/2010, as quais foram reavaliadas e já apresentam seus saldos a valor justo após realização de teste de *impairment* e reconhecimento de seus impactos no resultado; e outros no valor de R\$ 281 (31/12/2010: R\$ 281 e 01/01/2010: R\$ 457).

6 Empréstimos e adiantamentos

(a) Empréstimos e adiantamentos a clientes

A carteira de crédito é composta por empréstimos no montante de R\$ 172.292 (31/12/2010: R\$ 140.385 e 01/01/2010: R\$ 141.185), sendo toda ela contra o setor público, não havendo operações contra o governo.

Em 01/01/2010 haviam títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito no montante de R\$ 35.476.

Os adiantamentos sobre contrato de câmbio (ACC) totalizam R\$ 896.839 (31/12/2010: R\$ 267.974 e 01/01/2010: R\$ 67.592) e outros adiantamentos no montante de R\$ 2.315 (31/12/2010: R\$ 10.750 e 01/01/2010: R\$ 28.342).

Situação do risco de crédito da carteira

	<u>31 de dezembro</u>		<u>1º de janeiro</u>
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2010</u>
Saldo da carteira	1.071.446	419.109	272.595
Valores em dia	1.008.470	419.109	272.595
Valores não em dia	62.976	-	-

As operações com clientes são todas de curto prazo.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

O Consolidado avalia as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, foram identificadas perdas inerentes para a data-base da apresentação das demonstrações contábeis conforme tabela abaixo:

Evolução da provisão para empréstimos e adiantamento a clientes de liquidação duvidosa

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>01/01/2010</u>
Saldo inicial	-	-	-
Constituição de provisão	13.504	-	-
Saldo final	<u>13.504</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Créditos recuperados	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(b) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

A carteira de crédito é composta por empréstimos no montante de R\$ 2.020 (31/12/2010: R\$ 4.932 e 01/01/2010: R\$ 0). As aplicações em depósitos interfinanceiros totalizam R\$ 26.852 (31/12/2010: R\$ 10.773 e 01/01/2010: R\$ 54.201).

As operações com instituições financeiras são todas de curto prazo.

O Consolidado avalia as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, não foram identificadas perdas inerentes para a data-base da apresentação das demonstrações contábeis.

(c) Carteira de câmbio

A carteira de câmbio é composta de posição comprada no montante de R\$ 28.921 (31/12/2010: R\$ - 59.743 e 01/01/2010 R\$ - 1.654) e posição vendida, de R\$ (1.183) (31/12/2010 R\$ (550.788) e 01/01/2010 R\$ 29), totalizando um saldo positivo em 2011 de R\$ 27.738 sendo classificada no ativo em Empréstimos e adiantamentos. Em 2010, o total da carteira foi um saldo negativo de R\$ 610.531 em 31/12/2010 e R\$ 1.625 em 01/01/2010, sendo classificado em Outros passivos financeiros (nota 11).

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado

7 Ativos imobilizado

	Saldo inicial - 2011			Movimentação - 2011				Saldo final - 31 de dezembro de 2011		
	Custo	Depreciação	Total	Adições	Baixas	Depreciação	Outros	Custo	Depreciação (*)	Total
Imobilizações em curso	3.216	(394)	2.822	188	-	-	-	3.404	(394)	3.010
Instalações, móveis e equipamentos de uso	4.591	(1.379)	3.212	5.950	-	(700)	-	10.541	(2.079)	8.462
Sistema de processamento de dados	21.153	(10.670)	10.483	7.052	-	(3.776)	-	28.205	(14.446)	13.759
Outros	8.396	(2.160)	6.236	3.226	-	(964)	-	11.622	(3.124)	8.498
	<u>37.356</u>	<u>(14.603)</u>	<u>22.753</u>	<u>16.416</u>	<u>-</u>	<u>(5.439)</u>	<u>-</u>	<u>53.772</u>	<u>(20.042)</u>	<u>33.729</u>

	Saldo inicial - 2010			Movimentação - 2010				Saldo final - 31 de dezembro de 2010		
	Custo	Depreciação	Total	Adições	Baixas	Depreciação	Outros	Custo	Depreciação	Total
Imobilizações em curso	67	-	67	3.149	-	(394)	-	3.216	(394)	2.822
Instalações, móveis e equipamentos de uso	3.027	(976)	2.051	1.679	(115)	(437)	34	4.591	(1.379)	3.212
Sistema de processamento de dados	18.463	(10.146)	8.317	5.113	(2.423)	(2.920)	2.396	21.153	(10.670)	10.483
Outros	2.928	(1.735)	1.193	5.468	-	(425)	-	8.396	(2.160)	6.236
	<u>24.485</u>	<u>(12.857)</u>	<u>11.628</u>	<u>15.409</u>	<u>(2.538)</u>	<u>(4.176)</u>	<u>2.430</u>	<u>37.356</u>	<u>(14.603)</u>	<u>22.753</u>

(*) A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: imóveis de uso - 4%; máquinas, equipamentos, móveis e utensílios - 10%; e equipamentos de processamento de dados e sistemas de transporte - 20%.

Na aquisição dos ativos imobilizados o J.P. Morgan não assumiu compromissos contratuais, assim como não houve prestação de garantias.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado

8 Ativo intangível

	Saldo inicial - 2011			Movimentação - 2011				Saldo Final - 31 de dezembro de 2011		Saldo Final - 31 de dezembro de 2011
	Custo	Amortização	Total	Adições	Baixas	Amortização	Outros	Custo	Amortização	
Gastos com aquisição e desenvolvimento de software	12.199	(4.295)	7.904	-	-	(2.285)	-	10.046	(4.426)	5.620
Outros	348	(318)	30	-	-	(30)	-	348	(348)	-
	<u>12.547</u>	<u>(4.613)</u>	<u>7.934</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.315)</u>	<u>-</u>	<u>10.394</u>	<u>(4.774)</u>	<u>5.620</u>

	Saldo inicial - 2010			Movimentação - 2010				Saldo Final - 31 de dezembro de 2010		Saldo Final - 31 de dezembro de 2010
	Custo	Amortização	Total	Adições	Baixas	Amortização	Outros	Custo	Amortização	
Gastos com aquisição e desenvolvimento de software	12.903	(2.062)	7.904	-	(704)	(2.409)	176	12.199	(4.295)	7.904
Outros	348	(284)	30	-	-	(34)	-	348	(318)	30
	<u>13.251</u>	<u>(2.346)</u>	<u>7.934</u>	<u>-</u>	<u>(704)</u>	<u>(2.443)</u>	<u>176</u>	<u>12.547</u>	<u>(4.613)</u>	<u>7.934</u>

O diferido está representado, principalmente, por gastos no desenvolvimento de sistemas que são amortizados com base no método linear considerando a taxa de 20% ao ano.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

9 Passivos financeiros ao custo amortizado

(a) Depósitos de clientes

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Depósitos remunerados	429.812	351.433	781.245
Depósitos a prazo	429.812	351.433	781.245
Depósitos para investimento	-	-	-
Depósitos não remunerados	162.053	-	162.053
Depósitos à vista	162.053	-	162.053
	<u>591.865</u>	<u>351.433</u>	<u>943.298</u>

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Depósitos remunerados	302.326	74.831	377.157
Depósitos a prazo	302.300	74.831	377.131
Depósitos para investimento	26	-	26
Depósitos não remunerados	47.826	-	47.826
Depósitos à vista	47.826	-	47.826
	<u>350.152</u>	<u>74.831</u>	<u>424.983</u>

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>1º de janeiro de 2010</u>
Depósitos remunerados	253.200	212.875	466.075
Depósitos a prazo	252.957	212.875	465.832
Depósitos para investimento	243	-	243
Depósitos não remunerados	14.894	-	14.894
Depósitos à vista	14.894	-	14.894
	<u>268.094</u>	<u>212.875</u>	<u>480.969</u>

(b) Depósitos de instituições financeiras

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Depósitos remunerados			
Depósitos interfinanceiros	12.863	81.699	94.562
Operações compromissadas	1.890.438	-	1.890.438
	<u>1.903.301</u>	<u>81.699</u>	<u>1.985.000</u>

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Depósitos remunerados			
Depósitos interfinanceiros	7.850	73.201	81.051
Operações compromissadas	<u>480.353</u>	<u>-</u>	<u>480.353</u>
	<u>488.203</u>	<u>73.201</u>	<u>561.404</u>

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>1º de janeiro de 2010</u>
Depósitos remunerados			
Depósitos interfinanceiros	150.443	196.612	347.055
Operações compromissadas	<u>1.754.734</u>	<u>-</u>	<u>1.754.734</u>
	<u>1.905.177</u>	<u>196.612</u>	<u>2.101.789</u>

10 Empréstimo no exterior

São representadas por recursos captados em bancos no exterior, junto às instituições financeiras J.P.Morgan, sendo R\$ 516.876 (31/12/2010: R\$ 166.954) com vencimentos até dezembro de 2012, sobre os quais incidem variação do dólar e juros de 0,35% e 0,97% ao ano, R\$ 1.912.427 (31/12/2010: R\$ 2.907.857) com vencimentos entre até janeiro de 2012, sobre os quais incidem variação cambial do dólar e juros entre 0,0765% ao ano, e R\$ 14.080.208 (31/12/2010: R\$ 2.575.327) com vencimentos entre fevereiro de 2012 e maio de 2013, sobre os quais incidem variação cambial do dólar e juros de 0,19% e 0,40% ao ano. Em 01/01/2010 são representados por R\$ 65.669 com vencimentos até o fim de janeiro de 2010, sobre os quais incidem variação do dólar e juros de 0,19% ao ano e R\$ 435.864 com vencimentos até março de 2010, sobre os quais incidem variação cambial do dólar e juros de até 0,33% ao ano.

11 Outros ativos e passivos

	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
Ativo			
Financeiros	<u>27.738</u>	<u>27.738</u>	<u>-</u>
Carteira de câmbio	<u>27.738</u>	<u>27.738</u>	<u>-</u>
Outros ativos	<u>762.288</u>	<u>50.150</u>	<u>712.138</u>
Devedores por depósito em garantia (Nota 22(a))	712.138	-	712.138
Rendas a receber	44.557	44.557	-
Devedores diversos no País	3.249	3.249	-
Diversos	2.344	2.344	-
Passivo			
Financeiros	<u>6.746.605</u>	<u>6.746.605</u>	<u>-</u>

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Relações de interdependências	1.643	1.643	-
Carteira de câmbio	-	-	-
Negociação e intermediação de valores	6.744.962	6.744.962	-
Outros passivos	247.817	247.817	-
Sociais e estatutárias	62.699	62.699	-
Provisão para pagamentos	181.361	181.361	-
Diversos	3.757	3.757	-
	31 de dezembro de 2010	Curto prazo	Longo prazo
Ativo			
Outros ativos	651.119	16.942	634.177
Devedores por depósito em garantia (Nota 22(a))	634.177	-	634.177
Rendas a receber	12.905	12.905	-
Devedores diversos no País	2.308	2.308	-
Diversos	1.729	1.729	-
Passivo			
Financeiros	2.042.64	2.042.64	-
Relações de interdependências	1.666	1.666	-
Carteira de câmbio	610.531	610.531	-
Negociação e intermediação de valores	1.430.167	1.430.167	-
Outros passivos	178.802	178.802	-
Sociais e estatutárias	38.955	38.955	-
Provisão para pagamentos	124.900	124.900	-
Diversos	14.947	14.947	-
	1º de janeiro de 2010	Curto prazo	Longo prazo
Ativo			
Ativo			
Outros ativos	664.946	13.759	651.188
Devedores por depósito em garantia (Nota 22(a))	651.188	-	651.188
Rendas a receber	11.290	11.290	-
Devedores diversos no País	1.063	1.063	-
Diversos	1.405	1.405	-
Passivo			
Financeiros	217.108	217.108	-
Relações de interdependências	743	743	-
Carteira de câmbio	2.240	2.240	-
Negociação e intermediação de valores	214.125	214.125	-
Outros passivos	137.511	137.511	-
Sociais e estatutárias	25.973	25.973	-
Provisão para pagamentos	103.093	103.093	-
Diversos	8.445	8.445	-

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>1º de janeiro de 2010</u>
Diferenças temporárias			
Contingências fiscais	137.122	132.901	124.338
Contingências cíveis	135.858	121.933	113.667
Contingências trabalhistas	17.787	23.704	23.218
Provisão para devedores duvidosos	11.745	14.410	24.243
Provisão para participação nos lucros	44.073	36.770	29.712
Provisão para honorários advocatícios	3.791	3.276	3.741
Marcação a Mercado - TVM e derivativos	7.054	44.538	-
Outros	<u>13.912</u>	<u>450</u>	<u>187</u>
Total de créditos tributários - ativo	<u>371.342</u>	<u>377.982</u>	<u>319.106</u>
Marcação a Mercado - TVM e derivativos	(4.608)	(4.396)	(6.283)
IR e CSLL sobre Ajustes de IFRS	<u>(45.367)</u>	<u>(7.562)</u>	<u>(342)</u>
IR e CSLL (passivo)	<u>(49.975)</u>	<u>(11.958)</u>	<u>(6.625)</u>

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 41.383 (31/12/2010: R\$ 112.169 e 01/01/2010: R\$ 68.670), tendo sido realizado R\$ 47.022 (31/12/2010: R\$ 53.293 e 01/01/2010: R\$ 22.805) sobre diferenças temporárias.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado monta a R\$ 220.452 (31/12/2010: R\$ 213.774 e 01/01/2010: R\$ 172.128).

O valor de créditos tributários no montante de R\$ 36.565 (31/12/2010: R\$ 36.565 e 01/01/2010: R\$ 36.565) sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social não foi ativado pois a Administração não tem expectativa futura de realizar esse valor, não estimando poder utilizá-lo.

A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social – deduzindo a participação nos lucros	<u>271.201</u>	<u>178.376</u>
Encargo total do IR e CSLL às alíquotas vigentes (25% de IR e 15% de CSLL)	(152.660)	(108.590)
Efeito das participações em controladas	32.863	24.957
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(13.825)	(5.565)
Recuperação de depósitos judiciais	1.051	-
CSLL ajustada	(4)	-
Outros	<u>213</u>	<u>1.114</u>

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Efeito das adições e exclusões no cálculo de tributo	20.298	20.506
IR e CSLL no exercício	(132.362)	(88.084)

13 Patrimônio líquido

O capital social está dividido em 46.687.768 (31/12/2010: 28.693.033 e 01/01/2010: 28.693.033) ações nominativas, sendo 45.107.064 (31/12/2010: 27.721.577 e 01/01/2010: 27.721.577) ordinárias e 1.580.704 (31/12/2010: 971.456 e 01/10/2010: 971.456) preferenciais, sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias.

Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Em atendimento à Resolução nº 3.605 do CMN, a Administração decidiu pela destinação do lucro líquido do exercício para a conta de Reserva de Lucros – Estatutária, após a constituição de reserva legal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 3 de maio de 2010, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 15.579, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Atualização de Títulos Patrimoniais sem a emissão de novas ações, aprovada pelo Bacen em 16 de junho de 2010.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 220.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros – Estatutária, sem a emissão de novas ações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2011, foi aprovado o aumento do capital em espécie no montante de R\$ 922.950, mediante a subscrição de 17.385.487 novas ações ordinárias nominativas, e 609.248 novas ações preferenciais nominativas, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 51,29 cada ação, passando assim o capital social dos atuais R\$ 985.432 para R\$ 1.908.382, aprovado pelo BACEN em 7 de outubro de 2011.

Em 2011 houve pagamento de dividendos no valor de R\$ 14.996 referente a destinações efetuadas em períodos anteriores ao exercício de 2010.

Os acionistas optaram pelo não recebimento de dividendos sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme deliberado em Reunião da Diretoria realizada em 16 de dezembro de 2011, com a participação de representante dos acionistas.

14 Receitas e despesas de juros e similares e ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros

(a) Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.450	3.769
Aplicação em mercado aberto	763.840	112.155
Ativos financeiros mantidos para negociação	1.339.301	1.974.781
Ativos financeiros disponíveis para venda	50.799	39.874
Operações de crédito	54.722	18.038
Outros ativos financeiros	14.005	149.231
	<u>2.224.117</u>	<u>2.297.848</u>

(b) Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010
Passivos financeiros ao custo amortizado	(156.656)	(8.908)
Depósitos	(54.836)	(44.007)
Despesas de operações compromissadas	(204.075)	(167.196)
Outros passivos financeiros	(9.387)	(22.241)
	<u>(424.955)</u>	<u>(242.483)</u>

(c) Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros

Composto por ganhos e perdas na realização de ativos e passivos financeiros mantidos para negociação incluindo derivativos no montante de R\$ 1.665.889 (2010: R\$ (22.043.387)) e marcação a mercado dos ativos e passivos financeiros mantidos para negociação no valor de R\$ (938.453) (2010: 20.384.050).

15 Receita de tarifas e comissões

Referem-se às receitas com comissões de colocação de títulos no mercado no valor de R\$ 12.458 (2010: R\$ 40.744), receitas de administração de fundos de investimento no valor de R\$ 30.692 (2010: R\$ 26.131), receitas de serviços de assessoria e consultoria técnica de R\$ 70.666 (2010: R\$ 37.589), receitas de serviços prestados no exterior no valor de R\$ 1.418 (2010: R\$ 32.710), rendas de corretagem sobre operações realizadas na BM&FBOVESPA no valor de R\$ 76.352 (2010: R\$ 89.899) e outras receitas de R\$ 0 (2010: R\$ 18.720).

16 Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial

As diferenças cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moedas

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

estrangeiras e ganhos ou perdas com ativos e passivos em moeda estrangeira, que são reconhecidos nas conversões de itens monetários indexados em moeda estrangeira para moeda funcional do Consolidado, totalizando em 31 de dezembro de 2011 um saldo devedor de R\$ (1.727.181) (2010: R\$ 111.682).

17 Despesas tributárias

	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010
Despesas tributárias (PIS, COFINS e ISS)	(124.531)	(113.666)
	<u>(124.531)</u>	<u>(113.666)</u>

18 Despesas com pessoal

	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010
Remuneração direta	(251.911)	(164.008)
Encargos	(83.641)	(59.091)
Remuneração baseada em ações (Nota 20(b))	(22.312)	(26.081)
Benefícios	(15.639)	(10.299)
Outras despesas de pessoal	(697)	(10.401)
	<u>(374.200)</u>	<u>(269.880)</u>

19 Outras despesas administrativas

	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010
Despesas de serviços com o sistema financeiro	(34.263)	(58.599)
Despesas com serviços de terceiros	(21.194)	(16.905)
Despesas com viagens	(14.011)	(9.439)
Despesas com sistemas e tecnologias	(11.183)	(8.585)
Outros	(44.333)	(30.555)
	<u>(124.984)</u>	<u>(124.083)</u>

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

20 Benefícios a empregados

(a) Previdência privada

O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Consolidado contribuiu com R\$ 6.235 (2010: R\$ 1.695) para o fundo.

(b) Unidade de ações restritas (RSU's)

Os funcionários elegíveis do Consolidado J.P. Morgan participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o *vesting period*, de 50% das ações se dá em dois anos e dos outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado.

A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas em bolsa) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão. O J.P. Morgan registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado do exercício em contrapartida ao patrimônio líquido, seguindo o pronunciamento do IFRS 2. O valor contabilizado em 2011 foi de R\$ 22.292 (31/12/2010: R\$ 26.081), representado por 15.846 mil ações (31/12/2010: 15.391 mil ações e 01/01/2010: 10.950 mil ações).

Nos exercícios de 2011 e 2010 não houve reversão do resultado apropriado.

21 Técnicas de avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros

Os métodos de avaliação adotados pelo J.P. Morgan para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e são descritos a seguir.

Quando não há disponível preços cotados em mercado, calcula-se os valores justos com base em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos inputs usados no processo de mensuração.

Nível 1 - as informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2 - as informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3 - as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

(a) Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda

Nível 1 - títulos e valores mobiliários de alta liquidez que possuam suas cotações em um mercado ativo são classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. Títulos do Governo Brasileiro e as ações negociadas em bolsa foram alocados nesse nível.

Nível 2: nos casos em que as informações de precificação não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos cotas de fundos de investimentos.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

Nível 1 - os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2 - o valor justo dos derivativos não negociados em bolsas de valores foi estimado através de técnicas como o Black&Scholes, ou modelos de fluxo de caixa descontados também praticados pelo mercado financeiro. Os derivativos considerados no nível 2 da hierarquia foram *swaps*, opções e termos de moeda, uma vez que seus modelos não apresentam alto nível de subjetividade, já que esses modelos não exigem grandes decisões, e suas informações (cotações dos ativos subjacentes) estão disponíveis nos mercados.

Nível 3 - os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos.

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u> <u>31/12/2011</u>
Ativos financeiros para negociação	<u>22.571.878</u>	<u>37.068</u>	-	<u>22.608.946</u>
Títulos públicos federais	21.584.574	-	-	21.584.574
Cotas de fundos	-	37.068	-	37.068
Ações	<u>987.304</u>	-	-	<u>987.304</u>

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Instrumentos financeiros derivativos	<u>6.581</u>	<u>642.241</u>	<u>20.562</u>	<u>669.384</u>
Operações de <i>swap</i>	-	317.549	20.562	338.111
Termo	-	202.048	-	202.048
Opções	-	101.027	-	101.027
Futuros	6.581	-	-	6.581
Outros derivativos	<u>-</u>	<u>21.617</u>	<u>-</u>	<u>21.617</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda	<u>252.659</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>252.659</u>
Títulos públicos federais	<u>252.659</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>252.59</u>
Passivos financeiros para negociação				
Instrumentos financeiros derivativos passivos	<u>67.385</u>	<u>1.465.931</u>	<u>208</u>	<u>1.533.524</u>
Operações de <i>swap</i>	-	455.915	208	456.123
Operações a termo	-	135.592	-	135.592
Opções	-	871.166	-	871.166
Futuros	67.385	-	-	67.385
Outros derivativos	<u>-</u>	<u>3.258</u>	<u>-</u>	<u>3.258</u>

Não houve reclassificação entre nível 1 e 2 e nível 2 e 3 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	Total 31/12/2010
Ativos financeiros para negociação	<u>9.926.862</u>	<u>34.240</u>	<u>-</u>	<u>9.961.102</u>
Títulos públicos federais	9.422.509	-	-	9.422.509
Cotas de fundos	-	34.240	-	34.240
Ações	<u>504.353</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>504.353</u>
Derivativos	<u>19.097</u>	<u>669.711</u>	<u>2.820</u>	<u>691.628</u>
Operações de <i>swap</i>	-	354.159	2.820	356.979
Termo	-	121.689	-	121.689
Opções	-	185.065	-	185.065
Futuros	19.097	-	-	19.097
Outros derivativos	<u>-</u>	<u>8.798</u>	<u>-</u>	<u>8.798</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda	<u>454.857</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>454.857</u>
Títulos públicos federais	<u>454.857</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>454.857</u>
Passivos financeiros para negociação				
Derivativo passivo	<u>81.579</u>	<u>701.815</u>	<u>2.342</u>	<u>785.736</u>
Operações de <i>swap</i>	-	230.335	2.342	232.677

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Operações a termo	-	127.003	-	127.003
Opções	-	333.941	-	333.941
Futuros	81.579	-	-	81.579
Outros derivativos	-	10.536	-	10.536

Não houve reclassificação entre nível 1 e 2 e nível 2 e 3 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Movimentação das operações Nível 3:
(Instrumentos financeiros derivativos líquidos)

Saldo inicial em 31/12/2010	478
Baixas	(2,820)
Novas contratações	17,583
Resultado das op em aberto desde 2010	5,113
Saldo final em 31/12/2011	20,354

22 Contingências e outros compromissos

As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no exercício e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

Em geral, as provisões referentes a ações judiciais do J.P. Morgan são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Assim, observamos que é difícil fazer estimativas precisas com a relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, o J.P. Morgan não incluiu estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

(a) Provisões constituídas

(a.1) Composição dos saldos patrimoniais

	<u>31 de dezembro de 2011</u>		<u>31 de dezembro de 2010</u>		<u>1º de janeiro de 2010</u>	
	<u>Depósitos Judiciais</u>	<u>Provisões</u>	<u>Depósitos Judiciais</u>	<u>Provisões</u>	<u>Depósitos Judiciais</u>	<u>Provisões</u>
Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes	662.130	1.037.831	568.743	1.086.316	580.038	1.004.653
Cíveis	20.342	330.843	20.036	297.553	27.212	277.332
Trabalhistas	29.430	44.468	45.398	59.260	43.739	58.045
Outros	236	236	-	-	199	199
	<u>712.138</u>	<u>1.413.379</u>	<u>634.177</u>	<u>1.443.129</u>	<u>651.188</u>	<u>1.340.229</u>

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os saldos de depósitos judiciais e das provisões são todos de longo prazo em todas as datas-base demonstradas acima.

(a.2) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias			31 de dezembro Total 2011	
	Obrigações legais e outros passivos contingentes	Cíveis	Trabalhistas		
Saldo inicial	1.086.316	297.335	59.260	218	1.443.129
Despesas financeiras - juros	65.266	36.014	3.017	19	104.316
Antecipações - Anistia	774	-	-	-	774
Constituições	51.604	1.880	5.912	-	59.336
Baixa contra Dep. Judiciais	(195)	-	-	-	(195)
Reversões	(65.776)	(1.587)	(8.867)	-	(76.230)
Pagamentos	(100.158)	(2.799)	(14.854)	-	(117.811)
	<u>1.037.831</u>	<u>330.843</u>	<u>44.468</u>	<u>237</u>	<u>1.413.379</u>

	Fiscais e previdenciárias			31 de dezembro Total 2010	1º de janeiro 2010
	Obrigações legais e outros passivos contingentes	Cíveis	Trabalhistas		
Saldo inicial	1.004.653	277.531	58.044	1.340.228	(2.504)
Despesas financeiras - juros	49.490	28.201	3.213	80.904	79.520
Constituições	34.356	12.067	8.405	54.828	48.379
Reversões	(2.183)	(31)	(5.152)	(7.366)	(57.008)
Pagamentos		(20.215)	(5.250)	(25.465)	(2.504)
	<u>1.086.316</u>	<u>297.553</u>	<u>59.260</u>	<u>1.443.129</u>	<u>1.340.228</u>

Em decorrência do processo de Anistia instituído pela Lei no. 11.941/2009, a instituição revisou seus processos no segundo semestre de 2009, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Os processos objetos da Anistia foram pagos nos termos dessa Lei por ocasião da consolidação dos débitos por parte da Receita Federal do Brasil em setembro desse exercício. O valor baixado de provisão foi de R\$ 126.774, sendo que o valor total pago dos débitos foi de R\$ 99.559, os valores antecipados foram de R\$ 3.102 e o valor revertido contra resultado foi de R\$ 24.113.

(a.3) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais

A instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado

que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda, (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(a.4) Fiscais e previdenciárias - passivos contingentes

A instituição também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível, portanto não reconhecida provisão, pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais, aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) dedução dos tributos com exigibilidade suspensa (principal e juros) da base de cálculo do IRPJ e da CSLL no valor de R\$ 64.058 (2010: R\$ 61.296) ; (ii) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 106.739 (2010: R\$ 85.522); (iii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 88.800 (2010: R\$ 103.630) e (iv) IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 33.851 (2010: 31.192).

Adicionalmente, há provisão sobre litígio de contribuições previdenciárias, cujo risco de perda foi classificado como provável no valor de R\$ 19.392 (2010: R\$ 19.392).

(a.5) Ações trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas contra o Consolidado, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação.

(a.6) Ações cíveis

A instituição também foi acionada judicialmente em ações cíveis, incluindo aquelas que são parte juntamente com outras instituições financeiras brasileiras, relacionadas principalmente a planos econômicos instituídos no passado pelo Governo Brasileiro. Adicionalmente, em 2008, foi constituída provisão referente à discussão sobre penas de multas pecuniárias aplicadas à esta instituição. O montante provisionado representa a avaliação da administração e de seus assessores jurídicos das perdas prováveis nessas ações.

23 Capital - regulatório

O Banco apura seus limites operacionais do Acordo de Basileia II de forma consolidada de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2011, o índice de Basileia do Consolidado era de 15,8% (2010: 18,8%) (inclui RBAN), conforme demonstrado abaixo.

Cálculo do índice de Basileia

	2011	2010
(a) PEPR - parcela das exposições ponderadas pelo fator de ponderação de risco	921.448	526.425

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) PCAM - parcela referente ao risco das exposições em ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial	146.797	100.964
(c) PJUR - parcelas referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira de negociação	597.549	146.122
(d) PCOM - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço de mercadorias (<i>commodities</i>)	2.817	10.297
(e) PCAS - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço das ações	83.242	23.237
(f) POPR - parcela referente ao risco operacional	91.692	83.837
(g) RBAN - parcela referente ao risco da carteira <i>banking</i>	31.486	77.141
(h) Patrimônio de Referência Exigido (a+b+c+d+e+f+g)	1.875.030	968.023
(i) Patrimônio de Referência Consolidado (PR) ¹	<u>2.693.663</u>	<u>1.653.662</u>
Margem (i-h)	<u>818.633</u>	<u>685.639</u>
Índice da Basileia = (i) * 11%/(h)	<u>15,8%</u>	<u>18,8%</u>

¹ Patrimônio de Referência Consolidado refere-se ao Conglomerado Financeiro do BRGAAP.

24 Partes relacionadas

(a) Transações com entidades do Grupo

	2011		2010	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes a caixa	52.794	-	5.164	2
Serviços prestados a receber	3.457	67.842	2.413	25.100
Depósitos	(85.821)	(8.497)	(89.366)	(4.094)
Obrigações por operações compromissadas	(1.957.093)	(191.732)	(463.683)	(72.704)
Instrumentos financeiros derivativos	(51.757)	199.706	(59.948)	781.321
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(16.620.265)	-	(5.667.280)	(297.959)
Negociação e intermediação de valores	753	(147)	(1.284)	-
Outras obrigações - dividendos a pagar	(2.890)	-	(17.884)	-
Despesa de pessoal	(22.410)	(22.410)	-	-

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco. As principais entidades caracterizadas como partes relacionadas são: JPMorgan Chase Bank, National Association; JPMCB NY Branch; JP Morgan International Finance Limited; JPMorgan Chase Bank – London Branch

(b) Remuneração da administração

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os membros do Comitê Executivo do Banco e/ou os diretores estatutários. A despesa com a remuneração dos administradores incorrida no exercício está demonstrada a seguir:

	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010
Salários e encargos	14.292	14.572
Participação nos lucros e gratificações	28.762	24.511
Encargos sobre gratificações	8.678	8.366
Planos de aposentadoria e pensão	796	834
Outros benefícios	544	501

25 Gerenciamento de riscos financeiros

O conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes.

O gerenciamento de riscos de mercado e crédito é de responsabilidade da Diretoria de Riscos do conglomerado.

I Processos de identificação e mensuração dos riscos de mercado operacional, liquidez e de crédito

(a) Risco de mercado

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pelas entidades do Grupo. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Principais funções da Unidade de administração de Risco de Mercado

- (i) Identificar, medir, controlar e analisar os riscos de mercado, assegurando que os riscos assumidos estejam de acordo com os limites estabelecidos pela administração do conglomerado J.P.Morgan.
- (ii) Consolidar as posições de todo o conglomerado J.P.Morgan sujeitas aos riscos de mercado.
- (iii) Monitorar, reportar e controlar diariamente a utilização dos limites e tomar as medidas necessárias quando forem extrapolados.
- (iv) Assegurar que todas as informações referentes a Risco de Mercado estejam consistentes com os requerimentos corporativos e regulatórios.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os riscos de mercado são monitorados por medidas estatísticas e não-estatísticas.

As medidas estatísticas são representadas pelo Value at Risk (VaR), que estima a pior perda esperada ao longo de um horizonte de tempo e nível de confiança determinados. É um número único que resume a exposição do Banco ao risco de mercado.

Esta abordagem assume que as alterações nos valores de mercado do passado podem ser utilizadas para estimar mudanças futuras. É importante notar que todos os modelos estatísticos envolvem um certo grau de incerteza. No J.P.Morgan, atualmente utilizam-se simulações históricas, pois esta abordagem envolve menos hipóteses do que outros modelos baseados em parâmetros tais como desvios padrão e correlações. Visando garantir precisão preditiva do modelo de VaR são realizados backtestings.

As medidas não-estatísticas são utilizadas com o intuito de mensurar riscos não adequadamente capturados pelo VaR em momentos de baixa volatilidade do mercado. As principais medidas não estatísticas são: Exposição a sensibilidades e Testes de Stress.

As sensibilidades por fatores de risco visam determinar o impacto na carteira do conglomerado a pequenas variações para cada parâmetro de risco. Essa medida possibilita identificar concentrações em determinados tipos de riscos e as consequências para o conglomerado decorrente de mudanças nos parâmetros de mercado (ex: taxas de juros e de câmbio, preços de ações, etc).

Testes de estresse medem a exposição a movimentos de mercado remotos, porém plausíveis. Esta ferramenta aumenta a compreensão do perfil de risco de um portfólio e visa identificar as perdas potenciais em cenários extremos (hipotéticos ou históricos). Todos os cenários são definidos no nível corporativo e são construídos para avaliar o impacto de grandes movimentos nos parâmetros de mercado.

Estrutura de Limites

Os limites são estabelecidos pelo Diretor de Riscos e pelos Diretores das Unidades de Negócios levando em conta o montante do patrimônio líquido do conglomerado J.P.Morgan no Brasil. Os Outorgantes decidiram estabelecer limites de VaR, estresse e de sensibilidades.

VaR Conglomerado J.P.Morgan – 31 de dezembro de 2011 (USD mil)

Fator de Risco	VaR (USD mil)
Moeda estrangeira	1.568,12
Taxa de Juros	5.674,23
Renda variável	2.857,02
Efeito Diversificação	(3.685,55)
Total	6.413,82

Varição do VaR do Conglomerado J.P.Morgan no último ano (USD mil)

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

30-Dec-11	31-Aug-11	29-Apr-11	31-Dec-10
6.414	5.786	3.193	5.036

Relatório de risco de mercado - exposição consolidada em 31 de dezembro (USD Mil)

Fator de Risco		2011	2010
BPV(*)	Juros Pré	148	40
	Inflação	(51)	(21)
	Taxa de juros	14	(17)
	USD	5	(33)
	USD - On	30	53
	Outros	2	(1)
	CSP	(698)	(345)
FX Delta	BRLUSD	114.742	7.898
	EURBRL	(51.525)	1.011
	JPYBRL	1.986	1.110
	GBPBRL	4.749	438
Ações	Delta	17.292	1.029

(*) Basis point value

Resultado dos Testes de Stress – Conglomerado J.P. Morgan em 31 de Dezembro (USD Mil)

Cenário	Stress	
	2011	2010
EM SellOff	41.764,9	15.719,8
Equity Collapse	29.888,0	12.367,3
Credit Crisis	42.955,9	12.367,3
Gen Recovery	(12.378,0)	(6.134,1)

Cenários:

- Credit Crisis é representado por uma instabilidade política nos países emergentes gerando fuga de recursos destes mercados para o mercado americano e europeu.
- Equity Collapse é representado por uma reversão abrupta no mercado de ações após um longo e sustentado período de aquecimento do mercado global.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado

- Emerging Markets é representado por uma crise severa em mercados emergentes e fuga de capitais para mercados desenvolvidos.
- General Recovery: neste cenário os mercados estão positivos globalmente e se observa uma venda moderada de títulos da dívida de países desenvolvidos e pequena desvalorização de metais preciosos.

(b) Risco operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O J.P. Morgan definiu formalmente uma Política de Gestão de Risco Operacional que tem como objetivo definir as diretrizes da estrutura e estabelecer padrões a serem seguidos pela instituição quanto à gestão de risco operacional por todas as linhas de negócio. Esta política, bem como as demais políticas internas do conglomerado, estão disponíveis na intranet do J.P. Morgan, em um portal que registra todas as políticas em vigor da instituição.

A estrutura estabelecida para gestão do Risco Operacional permite identificar, monitorar, mensurar e comunicar riscos operacionais. Os principais componentes da estrutura de gerenciamento de risco operacional incluem a formalização dos eventos incorridos, a autoavaliação de controles e os indicadores-chave de processo.

A Diretoria Administrativa (Chief Operational Officer - COO) é responsável por todas as áreas de suporte do Consolidado, incluindo a gestão de risco operacional das entidades que compõem o J.P. Morgan, com exceção da área de Legal & Compliance, que se reporta diretamente ao presidente do conglomerado. O Gerente de Risco Operacional (ORM) tem a responsabilidade de coordenar a gestão do risco operacional em relação às diversas áreas de negócio e de suporte do J.P. Morgan, englobando todas as linhas de negócio. Adicionalmente o gerente de risco operacional é responsável por identificar demandas de treinamento em relação às políticas de risco operacional.

A área de Risco Operacional é responsável por elaborar um plano definindo o escopo de atuação da área, a ser cumprido ao longo do ano. O plano é preparado a partir de eventos de erro operacional recentes, novos projetos, deficiências e classificação de riscos previamente conhecidos para as diversas linhas de negócio do conglomerado. Posteriormente, esse plano é discutido com os principais líderes de área do J.P. Morgan, que fazem comentários e definem em conjunto as prioridades.

O envolvimento das áreas de Negócio nos assuntos relativos aos riscos operacionais é direto, ocorrendo por meio da participação das áreas na revisão periódica dos controles internos (autoavaliação e validação de controles internos).

Os processos de avaliação e controle do risco operacional estão inseridos na governança local do Grupo J.P. Morgan, tendo como principais fóruns o Comitê de Controles e o Comitê de Auditoria, que discutem eventos de riscos operacionais, capacidade, infraestrutura tecnológica, indicadores operacionais, questões legais ou regulatórias, entre outras, buscando assegurar a comunicação efetiva dos eventos de controle, bem como a priorização e suas respectivas ações corretivas à alta administração do J.P. Morgan.

(c) Risco de liquidez

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Liquidez é a capacidade de uma instituição de cumprir com os seus compromissos financeiros nos respectivos vencimentos. Risco de liquidez, por sua vez, é a possibilidade de não ser capaz de honrar com estas obrigações, sem incorrer em perdas substanciais.

A gestão de liquidez no conglomerado J.P. Morgan define-se por um conjunto de processos que visa garantir sua capacidade de pagamento, monitorando diariamente a projeção de fluxos de caixa e seus descasamentos, realizando simulações com cenários de stress, atuando dentro dos limites estabelecidos internamente e dos requerimentos regulatórios. Estes limites operacionais levam em consideração os seguintes aspectos: composição dos ativos, contrapartes e alternativas de instrumentos de captação.

Os procedimentos encontram-se devidamente documentados e são do conhecimento de todos os envolvidos, incluindo a administração do J.P. Morgan, que aprova qualquer atualização na política de gerenciamento de risco de liquidez e recebe relatório diário com a condição de liquidez do conglomerado.

Para o controle de liquidez e emissão de relatórios existe uma gerência independente das áreas de negócio, respondendo localmente à Diretoria de Controladoria. Esta unidade também mantém informada a tesouraria corporativa do J.P. Morgan em Nova Iorque, ajudando a instituição, assim, a manter os níveis adequados de liquidez globalmente.

São responsabilidades desta unidade:

- Monitora a gestão de risco de liquidez no país;
- Propõe orientação para as estratégias de gestão de risco de liquidez;
- Revisa e aprova as orientações para captação de recursos para as funções da tesouraria local;
- Revisa e aprova a Política Gestão de Risco de Liquidez e Plano de Contingência pelo uma vez ao ano;
- Atua como ponto de referência para a Tesouraria Corporativa Global com relação à coordenação dos requerimentos para o risco de liquidez global; e
- Responsável pela captação de recursos e gerenciamento de risco de liquidez. Intrínsecos a este mandato mais amplo estão:
 - gerencia o perfil de ativos e passivos e da exposição gerada pelo descasamento entre eles; garante o contínuo acesso às fontes mais baratas de captação de recursos externas;
 - mantém adequadamente o caixa e as reservas de garantia;
 - garante o canal de transferência de captações entre membros do grupo; e
 - garante (conjuntamente com as áreas de Finanças e *Compliance*) que o JP Morgan está em cumprimento com as leis locais específicas e exigências regulatórias relacionadas à captação de recursos e gerenciamento de risco de liquidez.

Também é responsabilidade desta unidade manter as premissas e cenários para testes de liquidez adequados à realidade de mercado e dentro das normas corporativas bem como manter atualizado o plano de contingência.

O JP Morgan conduz um teste de estresse diariamente, utilizando preços e taxas providas pela Área de Risco de Mercado Global (Nova Iorque), e seguindo as exigências do Banco Central.

Os resultados do teste de estresse são utilizados para identificar e quantificar as fontes de potencial redução na liquidez, e para analisar possíveis impactos no fluxo de caixa da instituição, na posição de liquidez, na rentabilidade, e na solvência. O teste de estresse também é utilizado para assegurar que as exposições atuais estejam consistentes com a tolerância de risco de liquidez estabelecida pela instituição

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado

financeira. Dependendo do resultado do teste de estresse, a alta gerência pode tomar ações corretivas ou mitigadoras para limitar as exposições da instituição, aumentar o colchão de liquidez, e ajustar o perfil de liquidez para atender sua tolerância ao risco.

Sobre o plano de contingência: a ativação do processo de contingência é responsabilidade da Tesouraria Corporativa Local, juntamente com a alta gerência. Dependendo da natureza e gravidade da situação, haverá frequente comunicação para otimizar a eficiência do plano de contingência durante um evento adverso de liquidez, assegurando que as decisões tomadas sejam coordenadas para minimizar qualquer agravamento da condição de liquidez.

Esta comunicação irá assumir as formas consideradas adequadas no momento. Com a intensificação da situação de estresse, a alta gerência pode solicitar a Tesouraria Corporativa Local produção diária de relatórios regulares de risco de liquidez e informações complementares. Para mitigar o potencial de contágio, a comunicação eficaz com as contrapartes, agências de classificação de risco, e outras partes interessadas, é de vital importância quando surge um problema de liquidez.

As ações de comunicação serão baseadas nas exigências e gravidade do evento específico. Várias condições ou eventos podem servir como indicadores de potenciais problemas de liquidez. Esses eventos podem ser específicos do JP Morgan ou resultantes das condições de mercado. A natureza dos eventos também pode ser qualitativa ou quantitativa. Qualquer um dos eventos isoladamente pode não causar problemas, mas em combinação, dependendo da sua gravidade, podem resultar em perda significativa de liquidez.

Sobre o ALCO: O gerenciamento de risco de liquidez faz parte também das responsabilidades primárias do Comitê de Ativos e Passivos, o qual é composto pelo Tesoureiro, o Diretor de Controladoria (SFO), o Presidente (SCO), o Diretor de Operações, o Diretor de Risco, o Gerente de Crédito, as equipes de Tesouraria Corporativa Local e Global, e representantes de cada área de negócio presente no país.

Liquidez da carteira:

a- Posições líquida – posições que podem virar caixa em 5 dias	90%
b - Posições ilíquidas – posições que levariam mais de 5 dias para virar caixa	10%

A tabela a seguir mostra o perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros do Grupo em 31 de dezembro:

	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Total
Caixa e equivalente de caixa	6.109.892	-	6.109.892	13.736
Caixa e equivalente de caixa	6.109.892	-	6.109.892	13.736
Ativos Financeiros para negociação	23.046.126	232.205	23.278.331	10.652.730
Instrumentos de dívida	21.584.574	-	21.584.574	9.422.509
Instrumentos de patrimônio	1.024.373	-	1.024.373	538.593
Instrumentos financeiros derivativos	437.179	232.205	669.384	691.628
Ativos Financeiros disponíveis	252.659	281	252.940	460.965

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

para venda				
Instrumentos de dívida	252.659	-	252.659	454.857
Outros ativos financeiros disponíveis para venda	-	281	281	6.108
Empréstimos e adiantamentos	1.128.056	-	1.128.056	434.814
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.071.446	-	1.071.446	419.109
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	28.872	-	28.872	15.705
Carteira de câmbio	<u>27.738</u>	<u>-</u>	<u>27.738</u>	<u>-</u>
	30.536.733	232.486	30.769.219	11.562.245
Passivos Financeiros para negociação	1.206.660	326.864	1.533.524	785.736
Instrumentos financeiros derivativos	1.206.660	326.864	1.533.524	785.736
Passivos financeiros ao custo amortizado	13.933.742	12.250.673	26.184.414	8.678.889
Depósitos de clientes	591.865	351.434	943.298	424.983
Depósitos de instituições financeiras	1.903.301	81.699	1.985.000	561.404
Empréstimo no exterior	4.691.971	11.817.540	16.509.511	5.650.138
Outros passivos financeiros	<u>6.746.605</u>	<u>-</u>	<u>6.746.605</u>	<u>2.042.364</u>
	15.140.402	12.577.537	27.717.938	9.464.625
Diferença (ativo e passivo)	<u>15.396.331</u>	<u>(12.345.051)</u>	<u>3.051.281</u>	<u>2.083.884</u>

(d) Risco de crédito

Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de perdas resultantes pelo não recebimento de valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira destes mesmos clientes. Esta definição inclui todas operações nas quais o J.P. Morgan concede, ou se compromete a conceder, financiamento sob suas mais diversas formas, incluindo empréstimos, repasses, adiantamentos, compromisso de empréstimos, garantias, cartas de crédito e operações de derivativos (futuros, swaps, forwards e opções) nas quais o cliente pode vir a se tornar devedor.

O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, ratings, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos.

A exposição ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2011 e 2010 encontram-se demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Depósitos bancários	53.709	5.988	2.586
Renda variável	987.304	504.353	511.899

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Renda fixa	27.900.868	9.922.379	4.310.285
Derivativos	669.384	691.628	1.080.707
Empréstimos e adiantamentos	1.128.056	434.814	326.796
Garantias Prestadas	986.704	1.129.272	451.717
Diversos	80.048	21.321	20.713
	<u>31.806.073</u>	<u>12.709.755</u>	<u>6.704.703</u>

Considerando que R\$ 21.837.233 (2010: R\$9.877.366) é contra o Governo Brasileiro, pode-se concluir que 69% (2010: 78%) do total da exposição não há risco.

Em 31 de dezembro de 2011 o J.P. Morgan possui R\$ 1.875.776 (2010: R\$ 3.428.915) de garantias recebidas. O J.P. Morgan tem como principais garantias recebidas: títulos públicos, CDB, CDI, ações e cotas de fundos.

As principais atribuições da área de Crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (*rating*) e aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes.

As principais funções da Diretoria de Crédito no Brasil são:

- . Avaliar a capacidade dos clientes do J.P. Morgan de gerar recursos suficientes, por meio de suas atividades comerciais e conversão de seus ativos, visando a liquidação de suas obrigações operacionais e financeiras em seus devidos vencimentos e na forma como foram contratadas.
- . Atribuir uma classificação de risco (*rating*) de acordo com o tomador e a operação, que seja compatível com a situação econômico financeira de seus clientes e com a disponibilidade e liquidez das garantias apresentadas, se for o caso.
- . Aprovar, de forma independente, todos limites de crédito atribuídos aos clientes, e monitorar e gerenciar sua utilização de forma ativa e frequente.
- . Monitorar, avaliar e gerenciar o portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos.
- . Participar das discussões e atribuições de provisões e reservas de capital adequadas ao nível de exposição e portfólio de crédito.

A estrutura que rege a atividade de Risco de Crédito e Mercado do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço www.jpmorgan.com.br.

II Processos de validação dos modelos de precificação e testes de estresse

(a) Validação dos modelos de precificação

Os processos de definição, aprovação e revisão das metodologias e parâmetros utilizados afetam o gerenciamento do Risco de Mercado da instituição em âmbito global. Por este motivo, a

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado

responsabilidade pela validação é da área de administração de Risco de Mercado situada em Nova Iorque, com a qual a unidade local de Riscos de Mercado possui uma ligação funcional.

Antes de um modelo novo ou uma atualização para um modelo existente desenvolvido por uma unidade de negócios ser utilizada em produção, o processo a seguir se faz necessário:

- . Os *business owners* classificam o modelo em nível (*Tier*) 1, 2 ou 3, de acordo com o modelo de Risco aplicado ao produto específico ou à carteira, e documentam o fundamento desta classificação. A classificação do modelo define os requisitos de documentação, testes de validação e aprovação.
- . São efetuados testes documentados do modelo de acordo com seu nível (*Tier*) e respectivos requerimentos.
- . Toda a documentação é submetida à revisão.
- . Todo novo modelo é registrado no inventário do modelos.
- . São previstas aprovações formais para os modelos, de acordo com seus níveis (*Tier* 1, 2 e 3).
- . Revisões dos modelos para cada Linha de Negócios são discutidas e priorizadas nas reuniões periódicas de Modelos de Risco.
- . Recomendações e críticas geram planos de ação, com indicação de responsáveis e prazos, que são acompanhados através de CSAs (*Control Self Assessments*) das unidades de negócios.
- . O modelo pode ser utilizado em produção somente depois de totalmente validado, de acordo com as necessidades de seus níveis (*Tier*), exceto se a unidade de negócios obtiver permissão para exceção.
- . São realizadas análises de desempenho do modelos em utilização para os níveis (*Tier*) 1 e 2, quando aplicável.
- . Situação da documentação e validação dos modelos para cada negócio são revisadas anualmente. Além disto, os desempenhos dos modelos são monitorados através de diversos relatórios mensais e trimestrais.

Quantitative Research (QR) - área específica de desenvolvimento de modelos de precificação, que verifica e auxilia a Tesouraria na definição de modelos (principalmente os mais complexos) e atua em parceria com a área de *Market Risk* de Nova Iorque (área de Riscos de Mercado global).

Finance Valuation and Policy (FVP) - é uma área específica e independente de controle de preços e variáveis dos modelos utilizados (como curvas de mercado, por exemplo). Além de analisar e aprovar as fontes dos parâmetros independentes, também efetua uma verificação periódica de preços e taxas utilizados, podendo solicitar alterações, se necessário.

(b) Testes de estresse

As simulações por estresse buscam identificar a perda potencial das atuais posições levando-se em conta cenários extremos reais e cenários hipotéticos. Ao todo são quatro cenários corporativos: *Credit Crunch*, *Equity Collapse*, *Emerging Markets* e *General Recovery*. Esses cenários podem ser completados por outros cenários específicos para cada negócio aprovados pela área de gerenciamento de risco de mercado

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado

de Nova Iorque.

O cenário de *Credit Crunch* é representado por uma instabilidade política nos países emergentes gerando fuga de recursos destes mercados para o mercado americano e europeu. Neste cenário, que é baseado nas crises da Rússia de 1998 e da Ásia de 1997, é representado por um efeito contágio que provoca fuga de capitais dos mercados emergentes. Nos mercados emergentes, as taxas de câmbio ficam sob pressão. Há uma desvalorização substancial das moedas destes países em relação a moedas dos países desenvolvidos. Títulos do Governo de nações desenvolvidas se tornam um refúgio seguro e, portanto, os preços desses títulos aumentam e as curvas de juros se tornam menos positivamente inclinadas. Os *spreads* de crédito aumentam drasticamente, e a curva de crédito se torna mais inclinada. Em geral, os preços das ações caem, o que ocorre com mais intensidade nos mercados emergentes e em empresas de baixa capitalização. O preço do ouro aumenta devido à busca por refúgio, enquanto, o petróleo e outras *commodities* caem em função de expectativas de menor demanda industrial.

O cenário de *Equity Collapse* é representado por uma reversão abrupta no mercado de ações após um longo e sustentado período de aquecimento do mercado global. Este cenário mostra os efeitos de um colapso no mercado acionário e é inspirado na crise de outubro de 1987. Como parte desse cenário, as volatilidades implícitas aumentam dramaticamente nos *strikes* mais dentro do dinheiro e de curto prazo e também nos de longo prazo, mas de forma decrescente ao longo dos vencimentos posteriores. Como resposta, os bancos centrais diminuem agressivamente as taxas básicas de juros. Observam-se, conseqüentemente, aumentos vertiginosos nos *spreads* de crédito e na inclinação da curva de juros e também nas volatilidades implícitas para taxa de juros e produtos de crédito. Estes movimentos têm pouco impacto sobre as taxas de câmbio e suas volatilidades implícitas. Os preços de *commodities* são pouco afetados, com um pequeno aumento no preço do ouro. Os preços do petróleo caem em antecipação ao fraco crescimento econômico, apesar das volatilidades implícitas de *commodities* em geral aumentarem significativamente em função de um aumento de incertezas sobre o cenário econômico,

O cenário de *Emerging Markets* é representado por uma crise severa em mercados emergentes e fuga de capitais para mercados desenvolvidos. Neste cenário, observam-se aumentos vertiginosos nos *spreads* de crédito soberano e na inclinação da curvas de juros nos mercados de países emergentes e também vendas significativas das moedas desses países. Produtos securitizados e *spreads* de créditos de países desenvolvidos também são afetados ligeiramente. Títulos e moedas de países desenvolvidos valorizam um pouco em relação às moedas dos países em desenvolvimento.

No cenário *General Recovery*, os mercados estão positivos globalmente e se observa uma venda moderada de títulos da dívida de países desenvolvidos e pequena desvalorização de metais preciosos.

* * *

